

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada

CNPJ (42.537.438/0001-53)

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM)

CNPJ (59.281.253/0001-23)

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026 e 2025
e relatório do auditor independente**



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora do

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada

Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“Administradora do Fundo”)

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Imobiliários – FIAGRO.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em certificados de recebíveis do agronegócio

Em 30 de junho de 2026, o Fundo possuía certificados de recebíveis do agronegócio no montante de R\$ 29.395 mil que representavam 62,71% do seu patrimônio líquido. Consideramos o investimento em certificados de recebíveis do agronegócio como o principal assunto de auditoria pela representatividade desse ativo em relação ao patrimônio líquido do

Fundo e pelo fato de sua precificação utilizar de técnicas de valorização que envolvem grau significativo de julgamento e estimativa.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de existência, titularidade e valorização dos investimentos em certificados de recebíveis do agronegócio incluíram, entre outros, o confronto da carteira de investimentos com o extrato do órgão custodiante dos ativos, a avaliação da adequação dos procedimentos adotados para análise do risco de crédito e liquidez dos certificados de recebíveis do agronegócio selecionados, bem como a análise de suficiência de garantias envolvidas nos instrumentos financeiros avaliados, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise do valor justo dos investimentos através da valorização dos ativos selecionados em base amostral através de dados do mercado e a verificação das liquidações financeiras das aquisições, vendas, amortizações e juros ocorridas durante o período auditado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 5.2 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para as aplicações em certificados de recebíveis do agronegócio, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administradora do Fundo são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Shape the future
with confidence

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de setembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marília Nascimento Soares'.

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC SP-301194/O

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/06/2026	% do PL	30/06/2025	% do PL
Circulante					
Aplicações financeiras					
De natureza não agroindustrial					
Cotas de fundo de renda fixa	5.1	7.464	15,92%	7.255	15,49%
Operações compromissadas	5.1	7.862	16,77%	4.699	10,03%
Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	5.1 (f)	2.277	4,86%	2.667	5,69%
Cotas de fundo de investimento imobiliário - FIIs	5.1 (g)	-	0,00%	569	1,21%
De natureza agroindustrial					
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs	5.2	29.395	62,71%	32.163	68,67%
Outros valores a receber		-	0,00%	84	0,18%
Amortização a receber - cotas de fundos imobiliários	5.1 (g)	-	0,00%	2	0,00%
Outros créditos		18	0,04%	18	0,04%
Total do ativo		47.016	100,30%	47.457	101,32%
Passivo					
Circulante					
Rendimentos a distribuir	7	-	0,00%	534	1,14%
Provisões e contas a pagar		141	0,30%	86	0,18%
Total do passivo		141	0,30%	620	1,32%
Patrimônio líquido					
Cotas de investimentos integralizadas	8.1	49.203	104,97%	49.203	105,05%
Gastos com colocação de cotas	8.4	(2.636)	-5,62%	(2.636)	-5,63%
Lucros acumulados		308	0,66%	270	0,58%
Total do patrimônio líquido		46.875	100,00%	46.837	100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido		47.016	100,30%	47.457	101,32%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto lucro por cota integralizada e valor patrimonial da cota

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Ativos financeiros de natureza agroindustrial			
Receitas com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	5.333	6.039
Resultado em transações de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	(56)	135
Ajuste ao valor justo com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	-	(845)
Resultado líquido de atividades agroindustriais		5.277	5.329
Ativos financeiros de natureza não agroindustrial			
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.1 (f)	333	902
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	5.1 (f)	-	(197)
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.1 (f)	-	25
Rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)	5.1 (g)	56	69
Resultado em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)	5.1 (g)	17	(42)
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)	5.1 (g)	20	(20)
Despesas de IRPJ de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)		(3)	-
Resultado líquido de atividades não agroindustrial		423	737
Outros ativos financeiros			
Receitas de operações compromissadas		631	61
Rendimento de cotas de fundo de renda fixa		982	752
Despesas de IR sobre resgates de títulos de renda fixa		(297)	(139)
		1.316	674
Despesas operacionais			
Taxa de administração	6 e 10	(561)	(559)
Outras despesas operacionais	10	(307)	(85)
		(868)	(644)
Lucro líquido do exercício		6.148	6.096
Quantidade de cotas integralizadas	8.1	4.459.952	4.459.952
Lucro líquido por cota integralizada - R\$		1,38	1,37
Valor patrimonial da cota - R\$		10,51	10,50

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Cotas de investimentos integralizadas	Gastos com colocação de cotas	Lucros acumulados	Total
Em 30 de junho de 2024		49.203	(2.636)	29	46.596
Lucro líquido do exercício		-	-	6.096	6.096
Rendimentos apropriados	7	-	-	(5.855)	(5.855)
Em 30 de junho de 2025		49.203	(2.636)	270	46.837
Lucro líquido do exercício		-	-	6.148	6.148
Rendimentos apropriados	7	-	-	(6.110)	(6.110)
Em 30 de junho de 2026		49.203	(2.636)	308	46.875

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto) dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Rendimentos de cotas de fundo de renda fixa		982	752
Rendimento de operações compromissadas		631	61
Pagamento de taxa de administração		(561)	(558)
Pagamento de IR s/ resgate de títulos de renda fixa		(289)	(158)
Outros recebimentos / (pagamentos) operacionais		(86)	1.171
Caixa líquido das atividades operacionais		677	1.268
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
IRRF sobre ganho de capital		(3)	-
Aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	5.1 (g)	-	(927)
Amortização de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	5.1 (g)	2	6
Venda de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	5.1 (g)	604	288
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	5.1 (g)	56	69
Aquisição de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	(5.000)	(6.103)
Venda/Vencimento de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	5.654	6.944
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	2.623	4.018
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)	5.2	4.768	5.106
Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.1 (f)	-	1.602
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.1 (f)	253	1.143
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.1 (f)	470	516
Caixa líquido das atividades de investimento		9.427	12.662
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de despesas de juros por obrigações de captação de recursos		(88)	-
Rendimentos distribuídos	7	(6.644)	(5.767)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(6.732)	(5.767)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		3.372	8.163
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício		11.954	3.791
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	5.1	15.326	11.954
Reconciliação do resultado do exercício com o caixa líquido das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.148	6.096
Receitas com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)		(5.333)	(6.039)
Resultado em transações de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)		56	(135)
Ajuste ao valor justo com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)		-	845
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)		(333)	(902)
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRI)		-	197
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)		-	(25)
Rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)		(56)	(69)
Resultado em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)		(17)	42
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)		(20)	20
Despesas de IRPJ de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)		3	-
Ajustes entre competência e caixa nas atividades operacionais		229	1.238
Caixa líquido das atividades operacionais		677	1.268

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

1. Contexto operacional

O Fyto Recebíveis do Agronegócio – FIAGRO Imobiliário- Responsabilidade Limitada ("Fundo"), é um fundo de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais, administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, possui uma Classe única de cotas, denominada Classe Única de Cotas do FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada ("Classe"). A Classe foi constituída, sob forma de condomínio fechado, em 25 de agosto de 2021, com prazo de duração indeterminado, e o início de suas atividades em 30 de novembro de 2021.

A Classe tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização e a rentabilidade de suas cotas, conforme política de investimento definida abaixo, por meio de aplicação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido em (i) certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); (ii) letras de crédito do agronegócio ("LCA"); (iii) certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") relativos a imóveis rurais ou relacionados às cadeias produtivas agroindustriais ("Ativos Alvo"). Os CRA, LCA e os CRI devem obedecer às seguintes condições, que deverão ser observadas pela Gestora previamente à aquisição: (a) ter sido emitidos em total conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, (b) contar com regime fiduciário, (c) ter sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou de oferta cujo registro tenha sido dispensado nos termos da regulamentação em vigor.

A gestão de riscos da Administradora tem suas políticas aderentes às práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelos órgãos reguladores. Os principais riscos associados a Classe estão detalhados na nota explicativa nº 4.

A Classe possui suas cotas negociadas na B3. As cotas apresentaram os seguintes preços de fechamento no último dia de negociação de cada mês do exercício findo em 30 de junho de 2026:

FTCA11 (Valores expressos em reais)	Preço de fechamento 2026	Preço de fechamento 2025
Julho	8,19	8,83
Agosto	8,33	8,65
Setembro	8,84	8,98
Outubro	8,95	8,28
Novembro	8,90	8,12
Dezembro	9,19	7,08
Janeiro	9,44	7,23
Fevereiro	9,57	7,11
Março	9,34	7,70
Abril	9,19	7,80
Maio	8,66	8,38
Junho	8,67	8,32

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos Imobiliários conforme orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente pela Resolução CVM nº 175/22 e alterações posteriores.

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026 foram aprovadas pela Administradora da Classe em 28 de setembro de 2026.

3. Resumo das políticas contábeis materiais e critérios de apuração

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório.

O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa, valor justo e mensuração de valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas.

3.1 Classificação ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Classe apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após a data base da Classe ou (iv) caixa e equivalentes de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal dentro de 12 meses a data base da Classe ou (ii) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data base da Classe. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

I. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

II. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Classe. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

III. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

• Custo amortizado: ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais, e para os quais os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. São classificadas nessa categoria as rendas de aluguéis a receber provenientes das propriedades para investimento.

IV. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

• Disponibilidades: saldos de caixa e depósitos à vista.

• Aplicações financeiras representadas por Títulos e valores mobiliários: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

• Cotas de fundos de investimento: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, com natureza de instrumentos de patrimônio para o emissor.

• Contas a receber: representam as rendas de aluguéis a receber provenientes das propriedades para investimento.

b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente da seguinte forma:

I. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

II. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A "taxa efetiva de juros" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação de juros.

III. Reconhecimento de variações de valor justo

As variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

3.3 Aplicações financeiras de natureza não agroindustrial

3.3.1 Cotas de fundos imobiliários

a) Negociadas na B3 S.A - As cotas de fundos de investimento imobiliários são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil de cada mês, divulgadas na B3.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

3.3.2 Certificados de recebíveis imobiliários

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos conforme metodologia descrita na Nota 5.1 (f). A variação no valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.4 Aplicações financeiras de natureza agroindustrial

3.4.1 Certificados de direitos do agronegócio

Os Certificados de Recebíveis do agronegócio estão demonstrados pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos conforme metodologia descrita na Nota 5.2. A variação no valor justo dos certificados de recebíveis do agronegócio é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.5 Provisões e ativos e passivos contingentes

A Classe, ao elaborar suas demonstrações financeiras faz a segregação entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a Classe cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Classe. São reconhecidos no balanço quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem divulgação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de eventos além do controle da Classe.

3.6 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa, de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.8 Operações compromissadas

As operações compromissadas são apresentadas pelo valor de aplicação e ajustadas diariamente, pelo rendimento apurado "pro-rata dia", em função do prazo da operação e valor de vencimento.

3.9 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administradora da Classe efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administradora, podem ser considerados mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Classe, estão descritas a seguir:

I) Valor justo dos instrumentos financeiros: o valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas na nota explicativa 3.2, apresentam, informações detalhadas sobre "classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo".

II) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a provisão é constituída para 100% dos saldos em aberto de clientes com alguma parcela de aluguel vencida acima de 120 dias e também para todos os valores dos créditos renegociados.

3.10 Lucro / (prejuízo) por cota

O lucro / (prejuízo) por cota, apresentado na demonstração de resultado, é apurado considerando-se o lucro / (prejuízo) do exercício dividido pelo total de cotas da Classe integralizadas ao final de cada exercício.

4 Gerenciamento e riscos associados a Classe

4.1 Riscos associados à Classe

4.1.1 Risco de crédito dos ativos financeiros da carteira da Classe

Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira da Classe estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

4.1.2 Fatores macroeconômicos relevantes

Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira da Classe e o valor das Cotas, bem como resultar (a) em alongamento do período de amortização de Cotas e/ou de distribuição dos resultados da Classe ou (b) na liquidação da Classe, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pela Classe ou por qualquer pessoa, os Cotistas da Classe, a Administradora e os Coordenadores, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, ou ainda, (c) caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas, causando os mais diversos impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do País. As atividades da Classe, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam

- a. taxas de juros;
- b. controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- c. flutuações cambiais;
- d. inflação;
- e. liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- f. política fiscal;
- g. instabilidade social e política; e
- h. outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e o mercado imobiliário. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Classe e os seus resultados, podendo inclusive vir a afetar adversamente a rentabilidade dos Cotistas.

4.1.3 Risco de alteração da legislação aplicável a Classe e/ou aos Cotistas

Embora as regras tributárias relativas a fundos de investimento imobiliários estejam vigentes há anos, não existindo perspectivas de mudanças, existe o risco de tal regra ser modificada no contexto de uma eventual reforma tributária. Assim, o risco tributário engloba o risco de perdas decorrente da criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando a Classe ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

4.1.4 Riscos jurídicos

Além disso, a Classe poderá vir a ser parte em demandas judiciais relacionadas aos seus ativos, em especial, mas não se limitando, em relação aos imóveis integrantes de sua carteira, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. A título exemplificativo, tais demandas judiciais poderiam envolver eventuais discussões acerca do recebimento de indenização em caso de desapropriação dos imóveis, disputas relacionadas à ausência de contratação e/ou renovação pelos locatários dos imóveis dos seguros devidos nos termos dos contratos de locação e a obtenção de indenização no caso de ocorrência de sinistros envolvendo os imóveis, entre outras. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de eventuais demandas judiciais pode não ser alcançada em tempo razoável, o que pode resultar em despesas adicionais para a Classe, bem como em atraso ou paralisação, ainda que parcial, do desenvolvimento dos negócios da Classe, o que teria um impacto na rentabilidade da Classe.

4.1.5 Risco de mercado

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no país, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as cotas. No passado, o surgimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras recentes resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado financeiro e o mercado de capitais brasileiro e a economia do Brasil, tais como: flutuações no mercado financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos (inclusive de imóveis), indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

4.1.6 Inexistência de garantia de eliminação de riscos

A realização de investimentos na Classe sujeita o investidor aos riscos aos quais a Classe e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas na Classe. a Classe não conta com garantias da Administradora ou de terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou da Classe Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito e, consequentemente, aos quais os Cotistas também poderão estar sujeitos. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais da Classe não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais na Classe além de seus compromissos.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

4.1.7 Risco tributário

De acordo com a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, a Classe de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimentos imobiliários que tenham como incorporador, construtor ou sócio, cotista que detenha, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele relacionadas, percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) das cotas emitidas pela Classe, sujeitam-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, para fins de incidência da tributação corporativa cabível (IRPJ, CSLL, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e COFINS).

4.1.8 Risco de liquidez

Como os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais ("FIAGRO") são uma modalidade de investimento ainda em desenvolvimento no mercado brasileiro, onde ainda não movimentam volumes significativos de recursos, seus investidores podem ter dificuldades em realizar transações no mercado secundário. Nesse sentido, o investidor deve observar o fato de que os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais ("FIAGRO") são constituídos na forma de condomínios fechados, não admitindo o resgate de suas cotas, senão quando da extinção da Classe, fator este que pode influenciar na liquidez das cotas quando de sua eventual negociação no mercado secundário. Os ativos componentes da carteira da Classe poderão ter liquidez baixa em comparação a outras modalidades de investimento. Além disso, os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, sendo uma modalidade de investimento pouco disseminada em tal mercado. Adicionalmente, os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais podem ser constituídos na forma de condomínios fechados, não sendo admitida, portanto, a possibilidade de resgate de suas cotas. Dessa forma, os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais encontram pouca liquidez no mercado brasileiro e os cotistas poderão enfrentar dificuldades em realizar a venda de suas cotas no mercado secundário, mesmo sendo admitida para estas a negociação no mercado de bolsa ou de balcão organizado. Desse modo, o investidor que adquirir as cotas da Classe deverá estar ciente de que o investimento na Classe consiste em investimento a longo prazo.

Além disso, o risco de liquidez consiste também na eventualidade da Classe não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos nas datas previstas.

4.2 Gerenciamento de riscos

Os ativos da Classe envolvem riscos inerentes ao setor agroindustrial, de oscilações de valor dos ativos, risco de liquidez, bem como risco de crédito relacionado aos ativos integrantes da carteira da Classe.

4.2.1 Risco de crédito

A administradora utiliza no gerenciamento desses riscos, sistemas e métricas para mitigá-los, com acompanhamento de uma equipe competente, contando também com o Comitê de Precificação de Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio – CRI's e CRA's, bem como por meio de acompanhamento dos projetos nos empreendimentos investidos e de seus resultados, bem como a supervisão da avaliação dos investimentos em relação aos similares no mercado. Para o gerenciamento do risco de liquidez, a Classe mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

4.2.2 Fatores macroeconômicos relevantes

A gestão da Classe adota práticas sistemáticas de monitoramento e mitigação desses riscos, com o objetivo de preservar a estabilidade operacional e proteger os interesses dos cotistas. As principais medidas incluem:

- Acompanhamento contínuo do ambiente macroeconômico, com análises internas, podendo incluir inclusive suporte de consultorias especializadas;
- Diversificação da carteira de ativos, buscando mitigar riscos de concentração setorial, geográfica e contratual;
- Utilização de contratos com cláusulas de reajuste indexadas a índices inflacionários, como IPCA ou IGP-M, conforme aplicável;
- Avaliação periódica da liquidez dos ativos e das cotas, com vistas à manutenção da capacidade de amortização e distribuição;
- Monitoramento de propostas legislativas e medidas governamentais com potencial de impacto sobre o setor agroindustrial e os fundos de investimento.

4.2.3 Risco de alteração da legislação aplicável a Classe e/ou aos Cotistas, inclusive tributária

A gestão e administração da Classe monitoram continuamente alterações na legislação fiscal e regulatória que possam impactar a estrutura de distribuição de rendimentos, a tributação sobre ganhos de capital, amortizações e demais eventos financeiros relevantes. O objetivo é garantir conformidade e preservar a eficiência fiscal para os cotistas.

a Classe adota as seguintes práticas de mitigação de riscos tributários:

- Acompanhamento regulatório ativo, podendo incluir inclusive suporte de consultoria especializada, visando antecipar impactos de mudanças legislativas e normativas;
- Estruturação de operações com atenção à manutenção dos requisitos legais para isenção de Imposto de Renda sobre rendimentos distribuídos a pessoas físicas, incluindo:
 - Negociação exclusiva em mercado regulamentado;
 - Mínimo de 100 cotistas;
 - Nenhum cotista com participação superior a 10% das cotas;
- Registro e divulgação transparente de eventos tributáveis, como amortizações e alienações de ativos, conforme exigido pela legislação vigente.

4.2.4 Riscos jurídicos

A gestão da Classe adota práticas sistemáticas de monitoramento e mitigação desses riscos, com o objetivo de preservar a segurança jurídica das operações e proteger os interesses dos cotistas. As principais medidas incluem:

- Due diligence jurídica prévia em todas as aquisições de ativos, com verificação de matrícula, ônus reais, licenciamento, zoneamento e conformidade regulatória;
- Acompanhamento contínuo de contratos de locação, prestação de serviços e parcerias, podendo incluir inclusive suporte jurídico especializado;
- Monitoramento de ações judiciais e procedimentos administrativos que envolvam a Classe, seus ativos ou seus prestadores de serviços, com provisionamento contábil quando aplicável;
- Avaliação de riscos regulatórios, especialmente relacionados à legislação tributária, ambiental, urbanística e societária, podendo incluir inclusive o apoio de consultorias externas;
- Gestão de riscos contratuais, incluindo cláusulas de rescisão, inadimplemento, revisão de valores e garantias locatícias;
- Atualização permanente sobre alterações legais e normativas, com impacto potencial sobre a estrutura da Classe, os direitos dos cotistas e a operação dos ativos.

4.2.5 Risco de mercado

Os processos e serviços operacionais são interligados e supervisionados por profissionais experientes no mercado financeiro e imobiliário. Além disso, a Administradora é responsável pelo cumprimento das normas, assegurando que as exigências legais e regulatórias são devidamente seguidas, permitindo uma atuação preventiva em relação aos riscos da Classe.

4.2.6 Inexistência de garantia de eliminação de riscos

Medidas de mitigação adotadas pela gestão incluem:

- Monitoramento contínuo dos ativos, com uso de ferramentas de análise de sensibilidade e testes de estresse para avaliar o impacto de cenários adversos.
- Gestão de liquidez, mantendo parcela da carteira em ativos líquidos para atender chamadas de capital ou obrigações emergenciais.
- Avaliação de crédito e contrapartes, com análise da saúde financeira dos emissores e participantes das operações.
- Governança e transparência, com comunicação clara aos Cotistas sobre os riscos e desempenho da Classe.

4.2.7 Risco de liquidez

Para o gerenciamento do risco de liquidez, a Classe mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

Apesar dos métodos e processos internos empregados pela Administradora, não há qualquer tipo de garantia de eliminação de perdas aos cotistas.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por:

5.1 De natureza não agroindustrial

- (a) Cotas do Itaú Soberano RF Simples FIFCIC RL (*)
(b) Cotas do Itaú RF Referenciado DI VP FICFI RL (*)
(c) Cotas do BTG Tesouro Selic FI RF CP (*)
(d) Operações compromissadas - Lastro LFT (*)
(e) Operações compromissadas - Lastro NTN-B (*)
(f) Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)
(g) Cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)

	30/06/2026	30/06/2025
(a)	3.144	2.801
(b)	2.517	2.847
(c)	1.803	1.607
(d)	-	4.699
(e)	7.862	-
(f)	2.277	2.667
(g)	-	569
	17.603	15.190

(*) Considerados Caixa e Equivalentes de Caixa no montante total de R\$ 15.326 (2025 - R\$ 11.954).

(a) Está composto por cotas do Itaú Soberano RF Simples FIFCIC RL, que é administrado pelo Itaú Unibanco S.A. a Classe tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através do investimento de, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira da Classe será composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. O gestor poderá realizar operações com derivativos para fins de proteção. A demonstração financeira do fundo de data base 31 de outubro de 2025, foi divulgada em 15 de janeiro de 2026, sem modificação de opinião.

(b) Está composto por cotas do Itaú RF Referenciado DI VP FICFI RL, que é administrado pelo Itaú Unibanco S.A. a Classe tem como objetivo O objetivo aplicar, no mínimo, 95% de seus recursos em cotas de fundos de investimento da Classe "Renda Fixa", cujos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras, de forma consolidada, sejam compatíveis com a classificação Renda Fixa "Referenciado ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") ou a taxa Selic. A demonstração financeira do fundo de data base 31 de outubro de 2025, foi divulgada em 15 de janeiro de 2026, sem modificação de opinião.

(c) Estão compostas por cotas do BTG Tesouro Selic FI RF Referenciado DI, que é administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM. As cotas não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento (liquidez diária). A rentabilidade do BTG Tesouro Selic FI RF Referenciado DI é determinada substancialmente pelo rendimento dos títulos e valores mobiliários investidos cuja carteira está composta de: Títulos públicos federais, Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e outras aplicações. A demonstração financeira do fundo de data base 31 de dezembro de 2025, foi divulgada em 20 de março de 2026, sem modificação de opinião.

(d) Está composta por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias e risco insignificante de mudança de valor, sendo a contraparte o Banco BTG Pactual S.A.

(e) Está composta por Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias e risco insignificante de mudança de valor, sendo a contraparte o Banco BTG Pactual S.A.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada

CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

(f) Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)

Certificados de recebíveis imobiliários, classificados como ativos financeiros para negociação, foram emitidos com amortizações mensais de juros, atualização monetária e principal, atualizados mensalmente com taxas efetivas de retorno da operação, apuradas com base nos valores de aquisição e fluxos previstos de amortização de principal e juros. A metodologia utilizada para a marcação a mercado dos Certificados de Recebíveis Imobiliários existentes na carteira na data base está baseada no Manual de Marcação a Mercado da Administradora e considera as taxas praticadas pelos Market Makers desse tipo de valor mobiliário.

Composição da carteira

As aplicações em certificados de recebíveis imobiliários estão compostas como a seguir:

30/06/2026									
Emissor	Ativo	Lastro	Número de emissão e série	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22K1360944	CCI	84 / 1	25/11/2022	16/11/2027	100,00% DI+4,0000	2.000	1.356	1.209
TRUE SECURITIZADORA S.A.	22K1802248	Debênture	137 / 1	30/08/2023	01/09/2028	100,00% DI+4,9000	2.000	1.067	1.068
								2.423	2.277
30/06/2025									
Emissor	Ativo	Lastro	Número de emissão e série	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
TRUE SECURITIZADORA S.A.	22K1802248	Debênture	137 / 1	30/08/2023	01/09/2028	100,00% DI+4,0000	2.000	1.540	1.542
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22K1360944	CCI	84 / 1	25/11/2022	16/11/2027	100,00% DI+4,0000	2.000	1.135	1.125
								2.675	2.667

Em maio de 2024, a OPEA realizou a aquisição da True Securitizadora S.A.

As informações sobre os referidos CRIs encontram-se disponíveis nos sites dos respectivos emissores: Opea Securitizadora S.A. (<https://www.opeacapital.com/>).

Composição por tipo de lastro e devedor

Emissor	Devedor	Garantia	30/06/2026
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda.	(a), (b), (c), (g), (h)	1.209
TRUE SECURITIZADORA S.A.	Cibrafértil Companhia Brasileira de Fertilizantes	(a), (g), (h)	1.068
			2.277
Emissor	Devedor	Garantia	30/06/2025
TRUE SECURITIZADORA S.A.	Cibrafértil Companhia Brasileira de Fertilizantes	(a), (g), (h)	1.542
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda.	(a), (b), (c), (g), (h)	1.125
			2.667

Legendas

Regime de Garantias

(a) - Regime fiduciário	(d) - Fiança	(g) - Coobrigação
(b) - Alienação fiduciária do imóvel	(e) - Alienação fiduciária de ações	(h) - Fundo de reserva
(c) - Cessão Fiduciária de Recebíveis	(f) - Patrimônio Separado	

(*) - Montante de quantidade não está apresentado em milhar.

Movimentação do exercício

Saldo em 30 de junho de 2024

Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.198
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(1.602)
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	902
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(1.143)
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(516)
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	25
	(197)

Saldo em 30 de junho de 2025

Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	2.667
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(253)
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(470)
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	333
	2.277

Saldo em 30 de junho de 2026

(g) Cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)

Cotas em Fundos de Investimentos Imobiliários são classificados como ativos financeiros para negociação e são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil de cada mês, divulgadas na B3.

Composição da carteira

As aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliários estão compostas como a seguir:

30/06/2025						
Fundo	Existência de controle	Tipo de ativo investido	Percentual das cotas detidas	Quantidade de cotas detidas	Valor de cota	Total
FG/AGRA CLASSE DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROIND FIAGRO IMOBILIÁRIO RESP LIMITADA	Não	Híbrido	0,08%	35.857	8,62	309
OURINVEST INNOVATION - FIAGRO RESPONSABILIDADE LIMITADA	Não	Títulos e Valores Mobiliár	0,13%	11.334	7,64	87
XP CRÉDITO AGRÍCOLA-FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAS IMOB.-FIAGRO-IMOB.	Não	Títulos e Valores Mobiliár	0,05%	21.644	8,00	173
						569

Movimentação do exercício

Saldo em 30 de junho de 2024

Aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	-
Venda de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	927
Amortização de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	(288)
Resultado em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)	(6)
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)	(42)
Amortização a receber - cotas de fundos imobiliários	(20)
	(2)

Saldo em 30 de junho de 2025

Venda de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	569
Amortização de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	(604)
Resultado em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)	(2)
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)	17
Amortização a receber - cotas de fundos imobiliários	20
	-

Saldo em 30 de junho de 2026

Rendimentos de cotas de fundos imobiliários a receber

Compreendem os rendimentos a receber proveniente de cotas de fundos imobiliários

Saldo em 30 de junho de 2024

Rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)	-
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	(69)
	69

Saldo em 30 de junho de 2025

Rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FII)	-
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)	(56)
	56
	-

Saldo em 30 de junho de 2026

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

5.2 De caráter agroindustrial

Certificados de recebíveis do agronegócio

30/06/2026	30/06/2025
29.395	32.163
29.395	32.163

Certificados de recebíveis do agronegócio, classificados como ativos financeiros para negociação, com amortizações mensais de juros, atualização monetária e principal, atualizados mensalmente com taxas efetivas de retorno da operação, apuradas com base nos valores de aquisição e fluxos previstos de amortização de principal e juros. A metodologia utilizada para a marcação a mercado dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio existentes na carteira na data base está baseada no Manual de Marcação a Mercado da Administradora e considera as taxas praticadas pelos Market Makers desse tipo de valor mobiliário.

Composição da carteira

As aplicações em certificados de direitos do agronegócio estão compostas como a seguir:

30/06/2026										
Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e série	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
REIT SECURITIZADORA S.A.	CRA021001VB	8	N/A	ÚNICA-6	06/08/2021	30/10/2059	CDIE + 8,5%	3.384	5.690	2.674
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022000GS	8	N/A	SR-1	24/01/2022	30/12/2026	CDIE + 5,6%	1.900	2.303	2.303
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA0250053D	6	N/A	ÚNICA-1	15/07/2025	15/07/2031	CDIE + 3,3%	2.000	2.156	2.198
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022009EX	8	N/A	SR-1	12/09/2022	30/12/2026	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA0230033S	8	N/A	ÚNICA-227	01/03/2023	30/12/2026	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300DFD	8	N/A	ÚNICA-262	13/06/2023	30/12/2027	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300E9	8	N/A	ÚNICA-255	20/06/2023	30/12/2027	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
RIZA SECURITIZADORA S.A.	CRA024008SP	8	N/A	ÚNICA-217	11/10/2024	15/10/2030	CDIE + 4%	2.000	1.865	1.872
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300LWX	8	N/A	ÚNICA-276	29/09/2023	30/12/2027	CDIE + 5%	1.500	1.500	1.500
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA02300CNN	8	N/A	ÚNICA-76	02/06/2023	22/03/2028	CDIE + 5%	2.000	1.003	1.016
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA0250058X	6	N/A	ÚNICA-1	02/07/2025	28/01/2028	CDIE + 4%	1.000	1.015	1.015
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA025001UP	8	N/A	ÚNICA-375	27/03/2025	31/12/2029	CDIE + 4,75%	1.000	1.000	1.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300UV7	8	N/A	SR-1	14/12/2023	29/12/2028	CDIE + 4%	1.000	1.000	996
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA02200CNN	8	N/A	ÚNICA-1	25/11/2022	02/12/2027	CDIE + 5%	2.500	800	800
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA0240099E	8	N/A	ÚNICA-354	15/10/2024	16/10/2034	CDIE + 1,6%	700	722	725
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA024009VO	8	N/A	ÚNICA-344	14/10/2024	29/12/2028	CDIE + 5%	700	700	700
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA024008C3	8	N/A	ÚNICA-337	05/09/2024	05/09/2029	CDIE + 3,5%	682	693	690
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA0230053S	8	N/A	ÚNICA-1	15/11/2023	18/11/2030	IPCA + 6,3416%	606	674	606
RIZA SECURITIZADORA S.A.	CRA022008C1	8	N/A	SR-1	15/08/2022	16/08/2027	IPCA + 7,9651%	451	558	550
RIZA SECURITIZADORA S.A.	CRA0220073P	8	N/A	ÚNICA-125	15/07/2022	16/07/2029	IPCA + 7,2063%	456	554	490
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA021005KY	8	N/A	SR-2	15/12/2021	17/12/2026	IPCA + 9,95%	1.500	473	469
OCTANTE SECURITIZADORA S.A	CRA02300PGP	8	N/A	ÚNICA-1	31/10/2023	26/10/2027	CDIE + 3%	1.017	452	450
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022009VM	8	N/A	ÚNICA-1	21/09/2022	30/12/2026	CDIE + 4,5%	1.000	437	437
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	CRA0210013B	8	N/A	ÚNICA-1	14/05/2021	15/05/2031	IPCA + 4,7843%	370	498	387
RIZA SECURITIZADORA S.A.	CRA022006HE	8	N/A	ÚNICA-1	15/06/2022	15/06/2029	IPCA + 7,1543%	280	333	316
RIZA SECURITIZADORA S.A.	CRA022007K1	8	N/A	ÚNICA-114	15/08/2022	15/08/2030	IPCA + 6,6234%	187	224	201
									32.650	29.395

30/06/2025										
Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e série	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
REIT SECURITIZADORA S.A.	CRA021001VB	8	N/A	ÚNICA-6	06/08/2021	30/10/2025	CDIE + 8,5%	3.384	4.436	2.674
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA024008SP	8	N/A	ÚNICA-217	11/10/2024	15/10/2030	CDIE + 4%	2.000	2.070	2.070
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022009EX	8	N/A	SR-1	12/09/2022	30/12/2026	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA0230033S	8	N/A	ÚNICA-227	01/03/2023	30/12/2026	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300DFD	8	N/A	ÚNICA-262	13/06/2023	30/12/2027	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300E9	8	N/A	ÚNICA-255	20/06/2023	30/12/2027	CDIE + 5%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA021005LT	8	N/A	ÚNICA-136	21/12/2021	30/12/2025	CDIE + 5,75%	2.000	2.000	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022000GS	8	N/A	SR-1	24/01/2022	30/12/2025	CDIE + 5,6%	1.900	1.900	1.900
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA02300CNN	8	N/A	ÚNICA-76	02/06/2023	22/03/2028	CDIE + 5%	2.000	1.576	1.586
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300LWX	8	N/A	ÚNICA-276	29/09/2023	30/12/2027	CDIE + 5%	1.500	1.500	1.500
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA02200CNN	8	N/A	ÚNICA-1	25/11/2022	02/12/2027	CDIE + 5%	2.500	1.333	1.332
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA025001UP	8	N/A	ÚNICA-375	27/03/2025	31/12/2029	CDIE + 4,75%	1.000	1.042	1.042
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA02300UV7	8	N/A	SR-1	14/12/2023	29/12/2028	CDIE + 4%	1.000	1.000	995
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA024008C3	8	N/A	ÚNICA-337	05/09/2024	05/09/2029	CDIE + 3,5%	982	999	993
OPEA SECURITIZADORA S.A.	CRA021005KY	8	N/A	SR-2	15/12/2021	17/12/2026	IPCA + 9,95%	1.500	902	879
OCTANTE SECURITIZADORA SA	CRA02300PGP	8	N/A	ÚNICA-1	31/10/2023	26/10/2027	CDIE + 3%	1.017	792	785
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022009VM	8	N/A	ÚNICA-1	21/09/2022	30/09/2027	CDIE + 4,5%	1.000	764	761
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA0240099E	8	N/A	ÚNICA-354	15/10/2024	16/10/2034	CDIE + 1,6%	700	721	725
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA024009VO	8	N/A	ÚNICA-344	14/10/2024	29/12/2028	CDIE + 5%	700	700	700
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA0230053S	8	N/A	ÚNICA-1	15/11/2023	15/11/2030	IPCA + 6,3416%	606	638	618
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA022008YH	8	N/A	ÚNICA-1	26/09/2022	28/09/2027	CDIE + 4,75%	1.121	623	613
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA022008C1	8	N/A	SR-1	15/08/2022	15/08/2027	IPCA + 7,9651%	451	531	518
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA0220073P	8	N/A	ÚNICA-125	15/07/2022	16/07/2029	IPCA + 7,2063%	456	527	512
TRUE SECURITIZADORA S.A.	CRA023004SA	8	N/A	ÚNICA-1	13/03/2023	31/12/2026	CDIE + 4,5%	550	441	443
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	CRA0210013B	8	N/A	ÚNICA-1	14/05/2021	15/05/2031	IPCA + 4,7843%	370	475	407
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA021001K6	8	N/A	ÚNICA-1	17/08/2021	19/08/2025	IPCA + 7%	3.267	340	337
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA022006HE	8	N/A	ÚNICA-1	15/06/2022	15/06/2029	IPCA + 7,1543%	280	317	307
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	CRA023006SH	8	N/A	ÚNICA-1	27/04/2023	27/12/2027	CDIE + 4,7%	500	264	264
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	CRA022007K1	8	N/A	ÚNICA-114	15/08/2022	15/08/2030	IPCA + 6,6234%	187	214	202
									34.105	32.163

As informações sobre os referidos CRA's encontram-se disponíveis nos sites dos respectivos emissores: Opea Securitizadora S.A. (<https://www.opeacapital.com/>), Virgo Companhia de Securitização (<https://virgo.inc/>), Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agro (<https://www.ecoagro.agr.br/>), Octante Securitizadora S.A. (<https://www.octante.com.br/>), Vert Companhia Securitizadora S.A. (<https://www.vert-capital.com/>), True Securitizadora S.A. (<https://truesecritizadora.com.br/>) e Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. (<https://www.reit.net.br/>).

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

Composição por tipo de lastro e devedor			
Emissor	Devedor	Garantia	30/06/2026
REIT SECURITIZADORA S.A.	Agrícola Formosa Ltda.	(a), (b), (c), (g), (h), (l), (n)	2.674
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Agrofito-Insumos Agrícolas Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.303
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Gonçalves & Tortola S.A.	(a), (c), (d), (e), (g), (h), (p)	2.198
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Terra do Brasil Produtos Agropecuários Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Agrofarm produtos Agroquímicos Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Neves e Cabral Comércio e Representações de Produto Agrícola Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Agrodinâmica Comércio e Representações Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
RIZA SECURITIZADORA S.A.	Frigol S.A	(a), (b), (c), (g), (l), (n)	1.872
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Plantar e Colher Representações e Comércio de Produtos Agrícolas	(a), (c), (d), (g), (h)	1.500
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Bioenergética Vale do Paracatú S.A	(a), (b), (c), (h)	1.016
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	Impacto Bioenergia Alagoas S.A.	(a), (c), (e), (g), (h)	1.015
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	AP Agrícola Cereais e Grãos Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h)	1.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Pantanal Agrícola S.A	(a), (c), (d), (g), (h)	996
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Fortaliza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária S.A	(a), (c), (e), (g)	800
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Vale do Tijoco Açúcar e Alcool S.A	(a), (b), (g), (h)	725
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Syagri Agronegócios Comércio & Representações Ltda.	(a), (c), (e), (h)	700
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Alcoeste Bioenergia Fernandópolis S.A	(a), (b), (e), (h)	690
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Camil Alimentos S.A	(a)	606
RIZA SECURITIZADORA S.A.	Vicunha Têxtil S.A	(a), (d)	550
RIZA SECURITIZADORA S.A.	Minerva S.A	(a)	490
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Cooperativa Agropecuária e Industrial	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	469
OCTANTE SECURITIZADORA S.A	Cooperativa Agroindustrial Copagril	(a), (c), (e), (g)	450
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Café Brasil Indústria Comércio Importações e Exportação S.A	(a), (b), (c), (g), (h)	437
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	BRF S.A	(a)	387
RIZA SECURITIZADORA S.A.	Aço Verde do Brasil S.A	(a)	316
RIZA SECURITIZADORA S.A.	Cocai Comércio Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda.	(a), (g), (h)	201
			29.395

Emissor	Devedor	Garantia	30/06/2025
REIT SECURITIZADORA S.A.	Agrícola Formosa Ltda.	(a), (b), (c), (g), (h), (l), (n)	2.674
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	Frigol S.A	(a), (b), (c), (g), (l), (n)	2.070
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Terra do Brasil Produtos Agropecuários Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Agrofarm produtos Agroquímicos Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Neves e Cabral Comércio e Representações de Produto Agrícola Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Agrodinâmica Comércio e Representações Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Spaço Agrícola Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	2.000
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Agrofito-Insumos Agrícolas Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	1.900
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Bioenergética Vale do Paracatú S.A	(a), (b), (c), (h)	1.586
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Plantar e Colher Representações e Comércio de Produtos Agrícolas	(a), (c), (d), (g), (h)	1.500
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Fortaliza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária S.A	(a), (c), (e), (g)	1.332
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	AP Agrícola Cereais e Grãos Ltda.	(a), (c), (d), (g), (h)	1.042
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Pantanal Agrícola S.A	(a), (c), (d), (g), (h)	995
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Alcoeste Bioenergia Fernandópolis S.A	(a), (b), (e), (h)	993
OPEA SECURITIZADORA S.A.	Cooperativa Agropecuária e Industrial	(a), (c), (d), (g), (h), (n)	879
OCTANTE SECURITIZADORA SA	Cooperativa Agroindustrial Copagril	(a), (c), (e), (g)	785
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Café Brasil Indústria Comércio Importações e Exportação S.A	(a), (b), (c), (g), (h)	761
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Vale do Tijoco Açúcar e Alcool S.A	(a), (b), (g), (h)	725
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Syagri Agronegócios Comércio & Representações Ltda.	(a), (c), (e), (h)	700
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Camil Alimentos S.A	(a)	618
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Solubio Tecnologias Agrícolas S.A	(a), (c), (g), (h)	613
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	Vicunha Têxtil S.A	(a), (d)	518
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	Minerva S.A	(a)	512
TRUE SECURITIZADORA S.A.	Usina Santa Fé S.A	(a), (b), (c), (g), (h)	443
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	BRF S.A	(a)	407
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	Finpec Agronegócios Ltda.	(a), (c), (g), (h), (n)	337
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	Aço Verde do Brasil S.A	(a)	307
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRO	Cooperativa Agrícola De Unai Ltda.	(a), (g), (h)	264
			32.163

Legendas

Lastro

- (1) - Lastro em financiamento imobiliário.
(2) - Escritura de Superfície
(3) - CCB
(4) - Contrato de Compra e Venda
(5) - Pulverizado
(6) - Debenture

- (7) - Contrato de locação
(8) - CPR

Regime de Garantias

- (a) - Regime fiduciário
(b) - Alienação fiduciária do imóvel
(c) - Coobrigação
(d) - Subordinação
(e) - Fundo de reserva
(f) - Hipoteca

- (g) - Cessão Fiduciária de Recebíveis
(h) - Aval
(i) - Fundo de overcollateral
(j) - Fiança
(k) - Alienação fiduciária de ações
(l) - Fundo de liquidez

- (m) - Direito de retrocesso
(n) - Carta fiança
(o) - Penhor agrícola
(p) - Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

(*) - Montante de quantidade não está apresentado em milhar.

Movimentação do exercício

Saldo em 30 de junho de 2024

Aquisição de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Venda de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Resultado em transações de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Recetas com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)

Ajuste ao valor justo com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)

Saldo em 30 de junho de 2025

Aquisição de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Venda/Vencimento de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)
Recetas com certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs)

Saldo em 30 de junho de 2026

36.799
6.103
(6.944)
(4.018)
(5.106)
135
6.039
(845)
32.163
5.000
(5.654)
(2.623)
(4.768)
5.333
29.395

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

6. Taxa de administração e performance

	30/06/2026	30/06/2025
Taxa de administração	561	559
	561	559

O Administrador recebe por seus serviços uma taxa de administração equivalente à soma dos seguintes montantes ("Taxa de Administração"): (a) 01,05% ao ano, à razão de 1/12, aplicado (a.1) sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Classe de cotas da Classe; ou (a.2) caso as cotas da Classe tenham integrado ou passado a integrar, no período, índices de mercado, cuja metodologia preveja critérios de inclusão que considerem a liquidez das cotas e critérios de ponderação que considerem o volume financeiro da Classe de cotas emitidas pela Classe, como por exemplo, o IFIX, sobre o valor de mercado da Classe de cotas da Classe, calculado com base na média diária da cotação de fechamento da Classe de cotas de emissão da Classe no mês anterior ao do pagamento da remuneração ("Base de Cálculo da Taxa de Administração"), observado o valor mínimo mensal de R\$ 20, atualizado anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ("IGP-M"), a partir do mês subsequente à data de funcionamento da Classe perante a CVM; e (b) valor equivalente a até 0,05%(cinco centésimos por cento) ao ano à razão de 1/12 avos, calculada (b.1) sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Classe; ou (b.2) sobre o valor de mercado da Classe, caso a Taxa de Administração seja calculada sobre o valor de mercado da Classe, nos termos do item (a) acima, sujeito, contudo, a um mínimo de R\$ 5 mensais, atualizado anualmente segundo a variação do IGPM/FGV; correspondente aos serviços de escrituração das cotas da Classe, incluído na Taxa de Administração e a ser pago a terceiros.

A Taxa de Administração é calculada mensalmente por período vencido e quitada até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês em que os serviços forem prestados.

Não é cobrada taxa de performance.

Não serão cobradas da classe ou dos cotistas, taxa de ingresso. Não obstante, a cada nova emissão de cotas, a classe poderá cobrar taxa de distribuição no mercado primário para arcar com as despesas da oferta pública da nova emissão de cotas, a ser paga pelos subscritores das novas cotas no ato da sua respectiva integralização, se assim for deliberado em assembleia geral ou no ato do administrador que aprovar a respectiva oferta no âmbito do Capital Autorizado, conforme o caso. A cobrança da classe ou dos cotistas de taxas de saída é vedada.

7. Política de distribuição dos resultados

A Classe pode distribuir aos seus Cotistas, independentemente da realização de assembleia especial, os rendimentos auferidos pela Classe, cabendo ao Gestor deliberar sobre o tratamento a ser dado aos resultados apurados, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis.

I. Caso sejam auferidos lucros pela Classe, estes poderão, a critério do Gestor, ser distribuídos aos Cotistas, mensalmente, no 17º (décimo sétimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento dos recursos pela Classe, a título de antecipação dos rendimentos do semestre a serem distribuídos. Eventual saldo não distribuído como antecipação poderá, durante o Período de Investimentos, ser utilizado para aquisição de Ativos Financeiros, Ativos de Liquidez ou outros ativos, acumulando-se para distribuições futuras, com base em recomendação apresentada pelo Gestor, desde que respeitados os limites e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

II. Farão jus aos rendimentos os titulares de Cotas inscritos no 5º (quinto) dia útil anterior (exclusive) à data de distribuição de rendimentos, de acordo com as contas de depósito mantidas pelo Escriturador das cotas.

O saldo de rendimentos a distribuir foi calculado como segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	6.148	6.096
Rendimentos pagos no exercício (*)	(6.110)	(5.321)
Rendimentos pagos exercício anterior	(534)	(446)
Rendimentos cindidos	(38)	(59)
Rendimentos não distribuídos - período	(534)	270
Rendimentos não distribuídos - acumulado	-	534

(*) Por tratar-se de Fundo de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais (FIAGRO), não se aplica o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei 8.668/93, "a Classe deverá distribuir a seus quotistas, no mínimo, noventa e cinco por cento dos lucros auferidos segundo o regime de caixa, com base em balanço ou balancete semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano". Dessa forma, na distribuição de rendimentos da Classe foi observado o limite do lucro contábil, obtido por regime de competência.

8. Patrimônio Líquido

8.1 Cotas integralizadas

	30/06/2026	30/06/2025
	Quantidade	Quantidade
	R\$	R\$
Cotas de investimentos integralizadas	4.459.952	4.459.952
	49.203	49.203
	4.459.952	4.459.952
	11,03	11,03

Valor por cota (valor expresso em reais)

8.2 Emissão de novas cotas

De acordo com o regulamento vigente, Após o encerramento da Primeira Emissão, de modo a atender à política de investimentos da Classe e após ouvidas as recomendações da Gestora, a Administradora pode realizar Emissões Autorizadas independentemente de prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, por determinação da Administradora. Conforme aplicável, para a emissão de cotas, é necessário obter autorização da CVM e observar as características da emissão conforme condições do Regulamento da Classe.

Uma vez atingido o Capital Autorizado, a Classe, mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, pode realizar novas emissões de cotas, a qual deve dispor sobre as características da emissão, as condições de subscrição das cotas e a destinação dos recursos provenientes da integralização.

A primeira emissão da oferta pública de cotas no total de R\$ 40.174 com valor unitário de R\$ 100,00, totalizando 401.743 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, sendo iniciada em 24 de novembro de 2021 e encerrada em 6 de dezembro de 2021. Em decorrência desse processo a Classe incorreu em gastos de colocação de R\$ 2.378, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

A segunda emissão da oferta pública de cotas no total de R\$ 4.874 com valor unitário de R\$ 94,66, totalizando 51.491 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, 04 de janeiro de 2022. Em decorrência desse processo a Classe incorreu em gastos de colocação de R\$ 2.379, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

Em 3 de março de 2023 foi aprovado o desdobramento das cotas, ficando desta forma, a Classe que contava com 453.234 cotas, passará a contar, a partir de 10 de março de 2023, com 4.079.106 cotas no total.

A terceira emissão da oferta pública de cotas no total de R\$ 4.155 com valor unitário de R\$ 10,91, totalizando 380.846 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, 10 de novembro de 2023. Em decorrência desse processo a Classe incorreu em gastos de colocação de R\$ 257, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não houve emissão de novas cotas.

8.3 Amortização de cotas

Não haverá resgate de cotas a não ser pelo término do Prazo de Duração ou amortização total da Classe, conforme aplicável.

As cotas poderão ser amortizadas, mediante: (i) comunicação do Administrador aos cotistas após a recomendação nesse sentido pelo Gestor; ou (ii) deliberação em assembleia especial de cotistas, em qualquer caso proporcionalmente ao montante que o valor que cada cota representa relativamente ao patrimônio líquido da Classe, sempre que houver desinvestimento ou qualquer pagamento relativo aos ativos integrantes do patrimônio da Classe

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não houve amortização de cotas.

8.4 Gastos com colocação de cotas

	30/06/2026	30/06/2025
Gastos com colocação de cotas	2.636	2.636
	2.636	2.636

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Classe não incorreu em gastos com colocações de cotas.

8.5 Reserva de contingência

Para suprir inadimplências e deflação em reajuste nos valores a receber da Classe e arcar com as despesas extraordinárias, se houver, pode ser constituída uma reserva de contingência ("Reserva de Contingência"). Entende-se por despesas extraordinárias aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros relacionados a Classe. Os recursos da Reserva de Contingência serão aplicados em cotas de fundos de renda fixa e/ou títulos de renda fixa, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão ser incorporados ao valor da Reserva de Contingência, sem prejuízo da distribuição mínima. Para a constituição ou recomposição da Reserva de Contingência será procedida a retenção de até 5% do rendimento semestral apurado pelo critério de caixa.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Classe não constituiu reserva de contingência.

9. Retorno sobre patrimônio líquido

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do exercício	6.148	6.096
Patrimônio líquido inicial	46.837	46.596
Retorno sobre patrimônio líquido da Classe (*)	13,13%	13,08%

(*) Apurado considerando-se o lucro líquido (prejuízo) sobre o patrimônio líquido inicial da Classe adicionado das cotas integralizadas, deduzido das amortizações e gastos com colocação de cotas, caso esses eventos tenham ocorrido.

FYTO Recebíveis do Agronegócio - FIAGRO Imobiliário - Responsabilidade Limitada
CNPJ: 42.537.438/0001-53
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

10. Encargos debitados a Classe

Taxa de administração
Outras despesas operacionais

30/06/2026		30/06/2025	
Valores	Percentual	Valores	Percentual
561	1,19%	559	1,19%
307	0,65%	85	0,18%
868	1,84%	644	1,37%
47.182		47.108	

Patrimônio Líquido médio mensal

11. Tributação

De acordo com a legislação em vigor, a Instrução Normativa RFB 1.585 de 31 de agosto de 2015, em seu artigo 36: Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento imobiliário, em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte de acordo com as mesmas normas previstas para as aplicações financeiras das pessoas jurídicas.

De acordo com o artigo 37 da referida Instrução Normativa, os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à alíquota de 20% (vinte por cento).

Ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, observados os requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.033/04, conforme atualizados pela Lei 14.754/23.

12. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração da Classe cuja probabilidade de perda para a Classe seja possível ou provável.

13. Serviços de custódia e tesouraria

O serviço de tesouraria, escrituração e custódia da Classe são prestados pela própria Administradora.

14. Partes relacionadas

Durante o exercício, a Classe realizou transações com partes relacionadas descritas nas notas 5.1, 6 e 13.

15. Demonstrativo ao valor justo

a Classe aplica o CPC 46 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

. Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

. Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

. Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

As tabelas abaixo apresentam os ativos da Classe mensurados pelo valor justo:

Ativos

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Operações compromissadas
Cotas de fundos de renda fixa
Certificados de recebíveis imobiliários
Certificados de recebíveis do agronegócio

Total do ativo

30/06/2026			
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	7.862	-	7.862
-	7.464	-	7.464
-	2.277	-	2.277
-	29.395	-	29.395
-	46.998	-	46.998

Ativos

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Cotas de fundos de renda fixa
Certificados de recebíveis imobiliários
Cotas de fundos de investimento imobiliários
Certificados de recebíveis do agronegócio

Total do ativo

30/06/2025			
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
-	7.255	-	7.255
-	2.667	-	2.667
569	-	-	569
-	32.163	-	32.163
569	42.085	-	42.654

16. Outras informações

16.1 Em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, informamos que a Classe, no exercício findo em 30 de junho de 2026, contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Classe.

16.2 A política de divulgação de informações relativas a Classe inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio da Classe e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais, trimestrais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

16.3 Através de Ato da Administradora datado de 24 de setembro de 2025 foi divulgada a adaptação do Regulamento da Classe ao que dispõem a parte geral, o Anexo Normativo VI e, subsidiariamente, o Anexo Normativo III da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("Resolução nº 175"), a partir dessa data. O Regulamento da Classe foi atualizada para refletir essas alterações, sem necessidade de prévia aprovação dos Cotistas reunidos em assembleia geral. Ressalta-se que tais mudanças não impactam a política de investimento ou estrutura de remuneração da Classe, preservando-se integralmente as disposições anteriormente estabelecidas.

17. Eventos subsequentes

Após 30 de junho de 2026 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administradora da Classe, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.

Mayara Lopes
Contadora
CRC: SP-292201/O-0

Gustavo Piersanti
Diretor
CPF: 016.697.087-56

* * *